



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

Política pública educacional e a logística de distribuição. Um estudo sobre a entrega de kits escolares no estado do Mato Grosso do Sul.

Alessandro Bezerra de Oliveira, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD,
alessandrobezerra@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como intuito analisar o processo de aquisição e entrega dos kits escolares no estado do Mato Grosso do Sul e das implicações relacionadas às ações de logística para a execução da referida política pública. Desta forma, pretendemos identificar as possíveis falhas logísticas que ocorreram durante a entrega dos kits escolares. A metodologia que melhor se adequou foi à pesquisa exploratória descritiva quanto aos fins bibliográficos e de campo com relação aos meios. Sendo adotado o estudo de caso que nos resultou na confirmação da eficiência da política, porém apontando algumas ressalvas.

Palavras-chave

Políticas públicas; Logística; Kit escolar.

1 Introdução

A crescente utilização de políticas públicas que visam assistência ou fomento para as classes menos abastadas da população, vem sendo uma realidade na conjuntura política do país. Essas políticas seguem todo um processo burocrático complexo e necessário para a sua formulação e realização. Partindo desde a formação de uma agenda de discussões, para depois criar uma política pública viável, que possua um custo benefício condizente com a conjuntura política social de determinada localidade, ou realidade socioeconômica.

O estado do Mato Grosso do Sul, desde sua emancipação política administrativa efetivada pelo governo militar de Ernesto Geisel, vem se adequando as adversidades relacionadas à gestão, a sua dimensão e os problemas herdados do antigo estado do Mato Grosso, a administração pública vem tentando dentro das possibilidades, política e técnica proporcionar uma qualidade de vida melhor a seus habitantes, além de impulsionar a economia e o desenvolvimento do estado focando no desenvolvimento da agroindústria e de vários outros setores da economia.

Utilizando o viés de pensamento, da manutenção da qualidade de vida e melhoria socioeconômica, o governo do estado tem feito sistemáticos e significativos investimentos em



diversos ramos, o nosso foco nesta pesquisa será o investimento feito no setor da educação, entre os quais podemos destacar a implementação da hora atividade, e do piso salarial para os professores, entre outras políticas, que valorizam e auxiliam no bom funcionamento do processo educativo.

Porém, dentre as diversas políticas públicas, faremos uma análise a respeito da entrega dos kits escolares aos alunos da rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul. O intuito inicial desta política segundo o governo do estado é minimizar os gastos das famílias dos alunos da rede estadual de ensino, com a manutenção dos mesmos durante o processo educativo anual. Desta forma, o governo subsidia parte do material didático de uso pessoal do aluno.

O presente artigo, tem como objetivo pontuar sobre a validade da política pública em questão e identificar as falhas logísticas de distribuição dos kits escolares nas unidades educacionais do estado, observados os valores e qualidade do material entregue e desta forma propor aperfeiçoamentos para a política pública.

2 Logística

Inicialmente devemos tratar dos conceitos referentes à logística. A logística é por muitos, compreendida de forma simplória somente como a distribuição ou circulação de produtos, quando na verdade engloba todo o processo. Este conceito é salientado por Ching (2000, p. 26) que afirma:

O conceito de logística existe desde a década de 40, foi utilizado pelas forças armadas norte americanas. Ele relaciona com todo o processo de aquisição e fornecimento de materiais durante a Segunda Guerra Mundial e foi utilizado por militares americanos para atender a todos os objetivos de combate da época.

Porém, esta situação de movimentação de produtos, não é restrita ao uso militar, pois as empresas efetuam atividades que se enquadram neste mesmo exemplo. Desta forma a gestão de estoques adequa este conceito a sua realidade, conforme indicam (SCHIER, CARDOSO, LOMBARDO, 2012. p. 20)

Logística significa em linhas gerais o processo de gerenciamento estratégico desde a aquisição do insumo ou produto, sua movimentação e controle, até a entrega aos consumidores ou clientes, com maximização de resultados e a custos reduzidos.

Antes de analisarmos o processo de compra é importante salientar que a legislação vigente, regulamenta as compras através da lei 8666/93 as normas para licitação e contratos da Administração Pública, exigindo salvo algumas ressalvas licitação para aquisição de insumos ou prestação de serviços. Dentre as modalidades instituídas na referida lei estão: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Sendo que o leilão aplica-se



apenas para venda de bens da administração publica. E as outras modalidades para aquisição de produtos, sendo diferenciadas pelo valor e objeto de compra.

Uma vez adquirido o produto, obviamente aquele que atende a necessidade posta com o menor custo possível, e dentro dos padrões de qualidade desejados, este produto deve ser entregue, passando para o período da escolha e utilização dos modais de transporte disponíveis e viáveis para o produto adquirido. No que tange a gestão de transporte Rosa (2010) salienta que:

No objetivo redução de custos buscamos, sobretudo, a redução de custos variáveis associados ao transporte e à armazenagem. Normalmente, frente a várias alternativas para transporte e armazenagem, escolhemos pela alternativa de menor custo. No entanto, esperamos que, mesmo reduzindo os custos, o Nível de Serviço seja mantido no mesmo patamar anterior à redução de custos. Dessa forma, ao alcançarmos o objetivo de reduzir os custos, podemos aumentar a margem de lucro do produto ou analisar a redução de preços visando uma fatia maior de mercado.

No caso da Administração Pública, a redução de custos, mantendo-se o mesmo Nível de Serviço, implica ter sobras de verba que possam ser aplicadas em outros serviços para a comunidade.

Um fator importante a ser lembrado é o da administração pública, apesar de adotar em sua gestão modelos que lembram ou muito vezes são associados a empresas privadas, se diferencia destas, pois não visa lucro, com exceção das empresas públicas. O lucro neste caso esta relacionado a diminuição dos custos para assim prover outros setores com recursos financeiros ou de pessoal.

2.2 Política Pública.

Para compreender a utilização da política pública, primeiro devemos compreender o conceito da mesma, para isso nos valemos do referencial histórico. Segundo o que nos referencia Souza (2006) o termo surge em meados dos anos 30 nos Estados Unidos no meio acadêmico, elaborando estudos sobre as ações do governo, diferentemente do que havia na Europa no mesmo período. Souza (2006, p4) em seu texto afirma que:

Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores(...)

Laswell (1936) introduz a expressão policy analysis (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Desta maneira formava-se uma agenda baseada na demanda populacional e analisava-se a eficiência e eficácia dentro das universidades, sendo assim, o meio acadêmico contribuiu de forma sistemática no período inicial onde a temática era pouco conhecida.

Desta forma, o desenvolvimento do pensamento científico voltado para a temática fez com que a análise das políticas públicas fosse ampliada e outras variáveis foram inseridas na análise da política pública conforme indica Celina Souza (2006) “as políticas públicas



precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse”

Os grupos políticos passaram a fazer uso das políticas públicas como forma de marketing pessoal ou partidária, e assim amplia-se um leque de possibilidades políticas que se costuram em uma teia de interesses a demandas sociais e econômicas que no fim servem de pano de fundo para a manutenção do poder político e ideológico. Mas afinal qual a definição de política pública?

Segundo Souza (2006, p.5) esta é uma questão complexa e com várias respostas:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Portanto política pública norteia toda a ação que um agente público eleito deve tomar enquanto vigente seu cargo público neste caso cargo de função política administrativa. Cabe ressaltar que as políticas públicas normalmente em se tratando de países como o Brasil tem a função de solucionar problemas, sejam eles econômicos sociais, ou de qualquer natureza, soluções dadas pelo poder público para a população, estas soluções causarão impactos na economia e nas sociedades, portanto há necessidade de explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Com relação às políticas públicas no Brasil faz necessário compreender o processo histórico de formação do estado democrático brasileiro para melhor compreender a forma como atualmente trabalha-se esta temática. Conforme explica Bacela (2003, p.1).

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização.

Desta forma o grande clamor por industrialização, e por consequência na consolidação de um país forte regionalmente e pelo mesmo competitivo a nível mundial, passou a ser o principal interesse das classes dominantes e especialmente da política brasileira. Desta forma o principal foco das políticas públicas deste período foi o desenvolvimento. Conforme explica Bacela(2003 p.1) “O essencial das políticas públicas



estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro”

No caso em analise, a politica publica esta embasada na distribuição de kits escolares nas unidades educacionais de ensino fundamental e médio do Estado sob a administração da Secretaria de Estado de Educação do governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

O processo de atendimento a questão posta, neste caso a compra e distribuição de recursos pedagógicos, têm inicio com a discussão no setor educacional, especificamente no interior da rede publica, conforme salientou a professora Vaste Leonel, diretora da Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, em entrevista realizada no dia 20/05/2014 nas dependências da referida escola, no qual afirmou que muitas vezes a clientela atendida pela escola publica não possui recursos sequer para comprar alimentos, desta forma priorizam o que mais lhes convém sendo assim o material didático fica em segundo plano.

Sendo assim o bom desenvolvimento formação deste educando ficara comprometido pelo fato do mesmo não possuir material didático de uso pessoal. Pensando em sanar este problema, e conforme divulgação em imprensa oficial, ampliar o poder de compra dos pais, o governo criou a politica publica de distribuição dos kits escolares na rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho classifica como: pesquisa exploratória descritiva quanto aos fins bibliográficos, e de campo quanto aos meios. Sendo adotado o estudo de caso como meio de investigação.

Este trabalho é considerado como exploratório, segundo Gil (1995), tem por finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores. Uma vez que esta pesquisa não tem por propósito fechar um quadro imutável sobre a politica publica, mas referenciar e explorar os questionamentos possíveis, sobre a validade e eficácia deste tipo de politica publica.

Com relação à pesquisa documental, cabe ressaltar a opinião dos autores Sá-Silva, Almeida, e Guindani (2009 p.2) sobre a importância da mesma:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.



A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1995), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ela é de extrema relevância em todo o trabalho científico, pois influencia as diferentes etapas da pesquisa.

Conforme salienta Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma (2005) “O ponto de partida de uma pesquisa não é a análise de um documento, mas a formulação de um questionamento” e para responder ao questionamento proposto, somente estes métodos de pesquisa não seria suficiente para elucidar os pontos levantados pela pergunta inicial, para isso foi necessária à aplicação de um questionário, conforme o anexo 1 para os pais dos alunos da rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul.

Como o intuito é exemplificar a realidade os dados para realização da pesquisa foram obtidos a partir de um questionário aplicado aos pais de alunos e alunos da Escola Estadual Ramona da Silva Pedroso, localizada na Cidade de Dourados Mato Grosso do Sul obter a opinião dos mesmos sobre a eficiência da política pública em questão.

O referido questionário foi composto de oito perguntas a respeito da eficiência, qualidade do material e validade da política pública. Desta forma foi aplicado a um total de 380 entrevistados compreendendo uma 1/3 dos alunos da unidade escolar. Além do questionário, Com o intuito de valorizar e legitimar a pesquisa, fez necessário a realização de uma entrevista com a gestora da escola pesquisada.

Com relação à entrevista Gil (1995) salienta que: “Muitos autores consideram a entrevista como a técnica por excelência na investigação social, atribuindo-lhe valor semelhante ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia.” A entrevista em questão serve de base para podermos avaliar não somente a opinião dos usuários da rede estadual de ensino, e também o ponto de vista da gestão da rede escolar, em seu elo entre a clientela atendida e o gestor político.

4. Análise dos Resultados

Para melhor analisarmos os resultado da pesquisa, faz necessário compreender também o funcionamento do sistema de ensino no estado do Mato Grosso do Sul, MS assim como os valores relacionados a público atendido e unidades escolares .

O Estado do Mato Grosso do Sul segundo senso divulgado pelo MEC possui um total de 572.421 alunos matriculados no ensino regular com atendimento para os níveis básicos de educação feitos por creches e escolas, tanto de responsabilidade do governo do Estado quanto dos municípios, nos quais executa atendimento dos anos iniciais da educação, e



escolas de segunda parte do nível fundamental, referindo-se aos alunos de 6º a 9º ano e ensino médio de 1º a 3º ano, deste quantitativo total, aproximadamente 280.000, são atendidos pela rede estadual de ensino.

A rede estadual de ensino do MS possui um total de 362 unidades escolares de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação sendo que a previsão de matrículas para o ano de 2014 indicava uma quantidade de aproximadamente 280.000 alunos, segundo senso escolar 2013, sendo estes nos três níveis de atendimento fundamental, de 1º ao 5º ano e 6º ao 9º, compreendendo as duas etapas iniciais da vida acadêmica das crianças e ensino médio para atendimento de 1º 2º e 3º ano, além dos cursos profissionalizantes Pronatec, e Educação de Jovens e Adultos o EJA. Cabe ressaltar que os alunos matriculados na rede estadual de ensino pertencem as diversas classes e condições sociais.

No ano de 2014 segundo divulgado pela imprensa oficial do governo do estado, foram programadas a entrega de 280.000 kits escolares totalizando 1.253.080 kits escolares entregues desde o inicio do programa, em 2010, um total de 362 escolas, que segundo consta nas prestações de contas do estado teve um custo para os cofre públicos de aproximadamente R\$ 73.144.656,88 milhões de reais durante o período de vigência da política. Os referidos kits possuem diferenças entre os tipos entregues, pois visam atendimento dos diferente níveis da educação, sendo assim foram adquiridos 3 tipos de kits escolares segundo a imprensa oficial do estado.

Esses kits foram adquiridos através de processo licitatório que seguiram os padrões indicados nas seguintes leis Federal, nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, bem como, pelos Decretos Estaduais nº 11.676/04 e nº 11.759/04. Os valores a seguir foram adquiridos através dos acessados em portais da transparência, realizados em 20/05/2014 <http://www.portaldatransparencia.ms.gov.br> e <http://ms.transparencia.gov.br>

Tabela 1: Datas e valores de aquisição dos kits escolares.

Entrega	Quantidade	Valor Total	Valor Unitário médio*
2010	322.800 kits	R\$ 11.900.000,00	R\$ 36,86
2011	320.000 kits	R\$ 10.090.318,40	R\$ 31,53
2012	310.000 kits	R\$ 7.244.700,00	R\$ 23,37
2013	300.000 kits	R\$ 19.342.563,06	R\$ 28,88
2014	280.000 kits	R\$ 24.567.075,42	R\$ 87,73
Total	1.532.800 kits	R\$ 73.144.656,88	R\$ 47,71

*Os valores referenciados e uma media aritmética simples dos valores totais



As aquisições dos kits escolares totalizaram R\$ 73.144.656,88 milhões de reais aos cofres públicos durante a vigência da política pública. A compra efetuada em 2012 para entrega em 2013 conforme Ata de Realização do Pregão Eletrônico Número do Pregão: 087/2012 o valor foi de: R\$ 24.567.075,42 para um quantitativo de 280 mil kits escolares, no qual o kit custou na média R\$ 87,73 segundo os dados divulgados no portal da transparência. Comparando com o primeiro ano da política 2010, no qual a quantidade de kits escolares foi de 322.800 kits, com um custo de R\$ 11,9 milhões, proporcionando uma média de R\$ 36,86, por kit escolar. Portanto um salto significativo do valor inicial da política pública com um aumento equivalente a de 224,89% dos valores para 5 anos de diferença.

Se o comparativo for feito entre os maiores e menores valores que foram pagos para a aquisição dos kits escolares durante a vigência da política os valores são ainda mais vultosos. Como base os kits escolares entregues no ano de 2014 os mais caros, com aquisição efetuada em 2013, o valor foi de: R\$ 24.567.075,42 com um custo unitário médio de R\$ 87,73. Em comparação com os 310.000 kits adquiridos no ano de 2012 a um custo total de R\$ 7.244.700,00 desta forma com um valor médio de R\$ 23,37, compreendendo assim a um acréscimo de 375,39% em uma diferença temporal de três anos.

Cabe ressaltar com relação à entrega dos kits adquiridos para serem entregues no ano de 2012, houve problemas com o processo licitatório e os kits foram entregues somente após o início das aulas. Os problemas que ocorreram estavam relacionados a disputas judiciais entre as empresas classificadas para o certame. Sendo que decisões judiciais garantiram a empresa vencedora Giganews Comércio de Informática o direito de fazer a entrega dos kits escolares. Sendo que este foi o único ano no qual se verificaram problemas logísticos significativos.

Pode-se observar através dos estratos das licitações disponíveis no portal da transparência que houve mudanças de fornecedores durante a vigência da política pública, porém não foi observada a formação de consórcios para participação no processo licitatório. Com relação à modalidade de licitação, foi utilizado o pregão eletrônico, pois se tratava da modalidade de licitação que se enquadrava nos valores referenciados pela lei 8666/93, e conforme esperado, houve ampliação da concorrência, uma vez que foi executada divulgação sobre o certame, o que fez com que outras empresas se interessaram pelo atendimento da política pública.

Com base nos resultados da pesquisa aplicada aos alunos, pais e funcionários da escola Ramona da Silva Pedroso, os entrevistados alegaram que em relação aos kits escolares



entregues no ano de 2014 todos afirmam ter os recebido na primeira semana de aula, cabendo ressaltar que nesta pesquisa foi enfatizado somente sobre o processo de compra e a entrega dos kits escolares. Uma vez que a secretaria de estado de educação também subsidia a entrega de uniformes escolares padronizados para toda a rede de ensino, e faz a entrega de premiações para os alunos com melhores notas durante o ano letivo.

Com relação ao atendimento das necessidades um total de 46 dos 380 entrevistados afirma que os kits escolares não atendem as necessidades básicas dos alunos, com relação à quantidade e tipo de material entregue, uma vez que segundo estes há necessidade de complementação do material no decorrer do ano, e muitas vezes a necessidade de aquisição de outros materiais além dos que são ofertados pelo estado.

Um dos principais pontos questionamentos dos pais e especialmente os educandos esta relacionado à qualidade do material entregue, uma vez que afirmam ser um produto de baixa qualidade, levando em consideração os custos de aquisição do kit escolar, fica mais evidente que a politica publica tem um auto custo em relação à demanda atendida.

No gráfico 1 abaixo podemos visualizar a opinião dos entrevistados com relação à qualidade do material entregue.

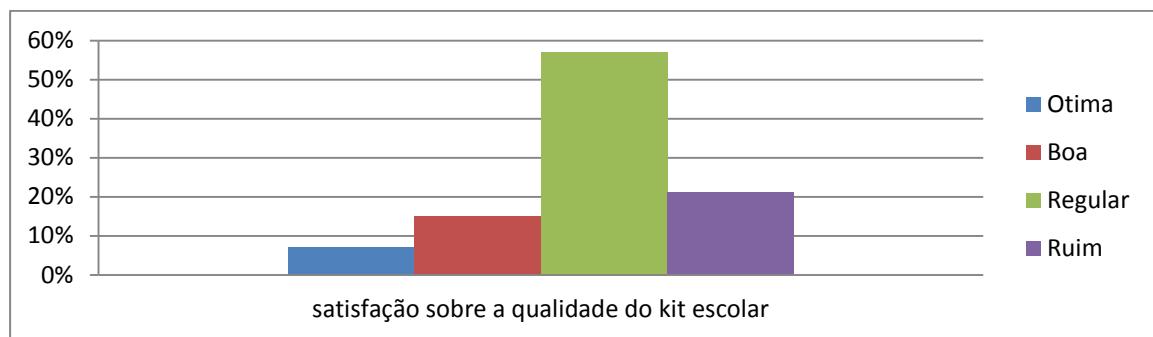


Figura 1. Gráfico de satisfação dos alunos em relação a qualidade do material didático de uso pessoal ofertado obtido com base na analise dos dados de questionário vide anexo 1.

Apesar de 78% dos entrevistados estarem insatisfeitos com relação à qualidade do kit escolar apenas 5,7% não são favoráveis à continuidade da politica. Quando questionados sobre o motivo da continuidade, o argumento mais comum utilizado é com relação ao fato de nem todos os pais de alunos possuírem condições de adquirir os materiais solicitados pela escola, e desta forma podem subsidiar outras necessidades familiares além das já atendidas pela politica publica.

Ainda em relação à validade da politica pública os entrevistados quase que em sua unanimidade acreditam que a politica em questão é valida, porem algum dos entrevistados acreditam que há possibilidades de melhorias em sua execução.



Cabe ressaltar que os valores aplicados na política em questão é elevado, este valor poderia ser utilizado, por exemplo, para a estruturação das unidades escolares e não somente atendimento de uma demanda que muitas é mínima. Uma vez que dos alunos entrevistados apenas 40% fazem uso continuo dos materiais fornecidos pela escola.

Em relação à logística, constatou-se que os problemas estavam relacionados à distribuição e armazenamento dos kits escolares, uma vez que após a aquisição os kits escolares, estes são recebidos pela Secretaria Estadual de Educação, onde são devidamente embalados e armazenados em local apropriado, porém, os problemas ocorrem no processo de distribuição e armazenamento nas unidades de ensino, pois as unidades de ensino não possuem espaço físico adequado para o armazenamento dos kits.

Com relação ao armazenamento as escolas se valem dos mais diversos recursos, como acondicionar os kits escolares dentro de espaços como bibliotecas, sala de tecnologia ou corredores da área administrativa para armazenar o kit ate o momento da distribuição. Ficando estes sujeitos de serem danificados ou extraviados mesmo antes da sua entrega para pais e alunos. O controle de entrega dos kits fica a cargo da coordenação pedagógica e secretaria escolar.

Além do fato de a distribuição ser executada pela própria secretaria de Educação do estado, ampliando o custo do kit escolar, pois o valor do kit não leva em consideração o custo com a distribuição dele dentro do estado e somente a entrega no deposito central da secretaria. Distribuição dentro do estado e feita por veiculo e pessoal próprio da secretaria de educação do estado.

Com relação à entrega dos kits somente em um dos anos da política publica, não houve entrega eficiente, prejudicando o processo de ensino aprendizagem, pois não foi feita a entrega dos materiais nos primeiros dias letivos havendo desta forma desperdício de material, uma vez que os pais foram obrigados a fazer a aquisição dos materiais para substituição dos kits escolares, e posteriormente, em alguns casos após o inicio do segundo bimestre, ficando os kits sem a devida utilização.

Segundo a secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul, a entrega dos kits não ocorreu na data prevista devido a problemas no processo licitatório, uma vez que um das empresas participantes do certame utilizou de lacunas jurídicas e sucessivos mandados de segurança para barrar a continuidade do processo licitatório na tentativa de eliminar as concorrentes, por consequência provocou atraso em todo o cronograma.

5. Conclusão



Foi constatado através da analise dos resultados da pesquisa que há validade na utilização da politica publica. Porém a mesma tem altíssimos custos para os cofres públicos. Com relação ao modelo de compra programada utilizado pelo governo estadual para a aquisição do material, esta condizente, uma vez que atualmente está ocorrendo com uma janela de tempo suficiente para evitar problemas com o processo licitatório, além de seguir as especificações legais, sendo adquirido na modalidade de pregão eletrônico. Além disso, o processo de compra programada, com entregas antecipadas minimizam as possibilidades de problemas logísticos relacionados à distribuição entrega. Conforme divulgado em imprensa oficial o governo do estado já licitou o material a ser entregue no ano de 2015, antecipando o processo licitatório e desta forma já garantindo a continuidade da politica publica.

Como sugestão, acredo que se faz necessária a mudança da forma como a politica vem sendo aplicada, uma vez que pode-se otimizar melhor o quantitativo de verbas publicas se for realizado antes da aquisição levantamento junto aos educandos se os mesmos terão interesse na utilização do kit escolar, desta forma fazendo com que o custo da politica publica seja reduzida.

6. Referencias bibliográficas.

Ana Cristina de faria, Maria de Fatima Gameiro da Costa. **Gestão de Custos Logísticos**. São Paulo: Atlas 2005.

Atrasos na entrega dos kits escolares. Disponível em:

<http://www.cnte.org.br/index.php/comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/11567-atrasos-e-desvios-travam-entrega-de-material-escolar-para-escola-publica>

BACELAR, TÂNIA. **As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios** 2003 acesso em 01/06/2014 Disponivel em:

<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>

BONI, VALDETE; QUARESMA, SÍLVIA JUREMA. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 www.emtese.ufsc.br
BRASIL Lei nº 8.666, DE 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet – http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

CARDOSO, SERGIO SCHIER; DA COSTA, CARLOS UBIRATAN; LOMBARDO, ADILSON. **Logística Integrada na Cadeia de Suprimentos**. Disponível em:



http://www.opet.com.br/revista/administracao_e_cienciascontabeis/pdf/n7/LOGISTICA-INTEGRADA-NA-CADEIA-DE-SUPRIMENTOS.pdf Acesso em 21/02/2014.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

Hong Yuh Ching. **Gestão de estoques na cadeia de logística integrada – supply chain/houn yuh ching – 2. Ed. – São Paulo : Atlas, 2001.**

MIZUTA, LUCIANA LIE UGUMA; ROSA, PAULO MOREIRA DA. **Aplicabilidade de um Planejamento Tático no setor de Compras das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná: um estudo de caso.**

http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/aplicabilidade_de_um_planejamento_tatico.pdf

ROSA, RODRIGO DE ALVARENGA. **Gestão logística**. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

178p. : il.

REVISTA TECNOLOGISTICA, Edições de Abril, Junho, Julho e Setembro/2000

SALDANHA, Clezio. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006

SANTOS JUNIOR, ORLANDO ALVES DOS...[ET AL.]. (organizadores). **Políticas Públicas e Gerstão**, Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SÁ-SILVA, JACKSON RONIE; ALMEIDA, CRISTÓVÃO DOMINGOS DE; GUINDANI, JOEL FELIPE. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em:

http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf

SCHIER, CARLOS UBIRATAN DA COSTA ; LOMBARDO, ADILSON ; CARDOSO, SERGIO LUIZ . **Logistica Integrada na Cadeia de Suprimentos - Supply Chain**. Revista Científica Eletrônica OPET, v. 07, p. 20, 2012.

SILVA, et al. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em:

http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf. Acesso em:

04.06.2012

SOUZA, CELINA. **Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45